

A IMAGEM COMO VERDADE FACTUAL: dilemas teóricos e a reivindicação do real

THE IMAGE AS FACTUAL TRUTH: theoretical dilemmas and the claim of the real

Alberto Klein¹
Fábio Silveira²

Resumo: Este artigo propõe a abordagem da imagem como verdade factual a partir das práticas de agências de checagem e órgãos de imprensa, que cada vez mais se dedicam ao exame de registros visuais ou criações de IA generativas em busca dos vestígios dos fatos. Para tanto recorremos aos seguintes casos: o uso da IA na manipulação de um vídeo do ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Haddad, e os registros de celular das execuções de Renee Good e Alex Pretti em Minneapolis, EUA. O conceito de verdade factual, desenvolvido por Hannah Arendt, é discutido como uma baliza teórica que subjaz essas práticas, colocando em perspectiva visões teóricas que problematizam a relação entre imagem e mundo segundo a ideia do apagamento ou distanciamento.

Palavras-Chave: Imagem. verdade factual. Hannah Arendt. Jornalismo. teorias da imagem

Abstract: This article proposes an approach to the image as factual truth based on the practices of fact-checking agencies and media outlets, which are increasingly dedicated to examining visual records or generative AI creations in search of traces of facts. To this end, we use the following cases: the use of AI in the manipulation of a video of the Brazilian Minister of Finance, Fernando Haddad, and the cell phone recordings of the executions of Renee Good and Alex Pretti in Minneapolis, USA. The concept of factual truth, developed by Hannah Arendt, is discussed as a theoretical framework underlying these practices, placing in perspective theoretical views that problematize the relationship between image and world according to the idea of erasure or distancing.

Keywords: Image. factual truth. Hannah Arendt. Journalism. image theories.

1. Introdução

A crescente demanda de análises de fotografias, registros e criações visuais por agências de checagem e órgãos de informação sinaliza a persistência de uma ideia que subjaz o modo de representar da tecnoimagem: a reivindicação de que ela evoca o real, ainda que seus

¹ Alberto Klein: PPGCOM-UEL, doutor, klein@uel.br.

² Fábio Silveira: PPGCOM-UEL, doutor, fabiosilveira@uel.br.

vestígios sejam submetidos a uma lógica mediatizada. Essa ideia se vale sobretudo da caracterização da imagem como documento. Se tais vestígios são simplesmente emulados pela artificialidade dos prompts de imagens generativas, é justamente a ausência da realidade que se denuncia. De todo modo, a tese de que a imagem deve refletir o mundo e seus acontecimentos, no campo da informação, permanece intacta, ora como uma ansiedade vivida pelo indivíduo diante da complexidade tecnológica e a sensação de afastamento do mundo, ora como um contrato social que ampara o jornalismo como mecanismo de representação dos fatos. Este texto percorre episódios em que a imagem se coloca como objeto de disputa na enunciação do real. O primeiro caso se refere a um vídeo do ministro da Fazenda Fernando Haddad, manipulado com recursos de Inteligência Artificial. Os outros dois tratam de registros de celular das execuções respectivamente de Renee Nicole Good e Alex Pretti por agentes do ICE, polícia migratória norte-americana, em Minneapolis, EUA. Não se trata especificamente de se debruçar sobre tais imagens ou analisar seu conteúdo, mas de verificar como elas se submetem ao crivo da verdade factual no jornalismo e, igualmente, se oferecem como objetos de disputa por diferentes agentes para representar os fatos. O objetivo é evidenciar como a possibilidade das imagens de impregnar-se dos acontecimentos – ou deles se afastarem - impõe-se como um fator decisivo no regime da produção visual contemporânea, mesmo que este contrato tenha sido contestado por autores tão diversos e por vezes antagônicos como Jean Baudrillard, Vilém Flusser e Arlindo Machado. Neste sentido, recorremos ao conceito de verdade factual, elaborado por Hannah Arendt, que fornece pistas para abordarmos a mediação visual no campo do jornalismo e suas condições para vislumbrar a percepção do real como parte do estatuto contemporâneo da imagem. Embora o percurso de Arendt não incorpore diretamente a imagem como um objeto, é possível identificar suas bases na práxis jornalística e os usos que ela faz da imagem.

2. O caso Fernando Haddad

Em janeiro de 2025 a Secretaria de Comunicação Social do governo brasileiro divulgou uma nota negando que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha anunciado a cobrança de taxa para quem possui animais de estimação, para mulheres em gestação e sobre prêmios de apostas esportivas (bets). “A análise do material evidencia a falsidade das informações por meio de cortes bruscos, alterações perceptíveis na movimentação labial, discrepâncias no timbre da voz, típicas de conteúdos forjados com o uso de inteligência artificial generativa”,

diz a nota do governo. A nota era resposta a um vídeo que circulava por aqueles dias, no qual o ministro aparecia numa entrevista coletiva.

A manipulação mostrava falsamente Haddad afirmando: “nosso plano é taxar tudo, tudo. Neste ano teremos imposto do cachorrinho de estimação. Se ele é da família, temos que arrecadar sobre ele também. É justo. Imposto pré-natal. Ficou grávida, já tem que começar a pagar imposto para o hospital”. O ministro nunca pronunciou essas frases. O vídeo a partir do qual foi feita a manipulação era de uma entrevista coletiva concedida no dia 6 de janeiro de 2025.

A informação de que o vídeo não era verdadeiro foi compartilhada por diversas agências de checagem e veículos de imprensa, que têm reservado espaço cada vez maior a denunciar imagens que dissimulam suas estratégias de manipulação pela inserção ou distorção de elementos sonoros e pictóricos com efeitos realistas.

3. Os casos Renee Good e Alex Pretti

Em sete de janeiro de 2026, Renee Nicole Good, 37 anos, poeta e mãe, foi alvejada com três tiros por um agente do ICE, polícia migratória norte-americana, enquanto manobrava seu carro em meio aos protestos contra as operações da agência que buscava apreender imigrantes ilegais na cidade de Minneapolis. O principal registro de sua morte foi feito ironicamente por um dos agentes do ICE, além de outros dois flagrando a movimentação do carro e os desdobramentos imediatos de sua execução. Três semanas depois, Minneapolis testemunhou outra execução de um manifestante, Alex Pretti, também 37 anos, enfermeiro, morto com 10 tiros, depois de imobilizado por oito agentes do ICE. Há uma série de registros de múltiplas perspectivas, captando, além dos tiros, os momentos que antecedem sua morte. O governo de Donald Trump, por meio do Departamento de Segurança Nacional, apressou-se em defender os agentes envolvidos antes mesmo de qualquer investigação, acusando Renee Good de terrorismo doméstico e Alex Pretti de ser um assassino em potencial, uma vez que era portador de armas de fogo. Pretti, de fato, portava uma pistola da qual possuía registro legal. Os vídeos captados, entretanto, mostram que ele segurava apenas um celular e que sua arma havia sido retirada pelos agentes antes de ser alvejado.

A multiplicidade dos registros e a variedade de perspectivas sobre os dois episódios formam um conjunto de provas que acabaram por desmentir as versões oficiais, demonstrando

a arbitrariedade e o despreparo dos agentes do ICE em lidar com manifestantes. Veículos da imprensa dedicaram-se a um estudo de detalhes dos registros em busca da verdade factual, colocando em xeque as versões oficiais e constrangendo empresas de jornalismo trumpistas.

4. Verdade factual e jornalismo

Os episódios descritos acima provam que as imagens estão no centro da disputa pela verdade factual, conceito que sustenta o jornalismo em sua busca por observar e representar processos sociais e acontecimentos de modo geral. Deve-se considerar, obviamente, que as próprias empresas jornalísticas possuem interesses ideológicos e econômicos que também se escondem por trás da pretensão de objetividade.

As relações entre verdade, mentira e política ou poder político foram tratadas por Hannah Arendt numa trilogia publicada em *Origens do Totalitarismo* (uma de suas principais obras), *Crises da República* e *Entre o passado e o futuro*. Em *Origens do Totalitarismo* (2012), na Parte III, destinada à discussão sobre o totalitarismo, a filósofa fala sobre a supressão total da verdade pelos governos totalitários como forma de dominação; em “A mentira na política – considerações sobre os documentos do Pentágono”, publicado em *Crises da República* (2017), a partir do vazamento dos “papéis do Pentágono”, a autora fala sobre como o governo dos EUA, fazendo uso da comunicação ludibriou a opinião pública sobre a situação da Guerra do Vietnã. Mas o texto que mais interessa para nossos objetivos é “Verdade e política”, publicado originalmente na revista *The New Yorker*, em fevereiro de 1967 e depois no livro *Entre o passado e o futuro* (2016). Conforme exposto em nota logo na primeira página, Arendt explica tratar-se de uma resposta ao que ela considera uma “pseudo controvérsia” que se seguiu à publicação de “Eichmann em Jerusalém”, livro no qual publica suas constatações a respeito do julgamento do criminoso nazista que fora sequestrado no começo da década em Buenos Aires e levado para ser julgado em Israel – a filósofa cobriu o julgamento para a mesma revista em que publicou “Verdade e política”.

Na resposta vigorosa aos críticos que segundo ela usaram mentiras sobre o que ela escreveu e os fatos que descreveu, Arendt constrói o conceito de verdade factual e pensa em seu conflito com o poder político. Tal conceito é incontornável para enfrentar teoricamente questões urgentes de nosso tempo, como o fenômeno das *fake news* e para pensar o jornalismo e a necessidade de separar minimamente informação e opinião.

É importante que se diga que ao estabelecer o conceito de verdade factual, Arendt busca distingui-la da verdade racional, tão cara à modernidade. Esta, produzida pela mente humana, remete “às verdades matemáticas, científicas e filosóficas às espécies comuns de verdade racional” (Arendt, 2016, p. 287).

Ao falar em verdade factual a autora se refere a fatos e eventos ocorridos no espaço público e que envolvem muitas pessoas. Não se trata, portanto, de informações estratégicas que são subtraídas da percepção pública por governos por serem considerados segredos de Estado, cuja legitimidade é reconhecida por Arendt. Os fatos a que ela se refere são estabelecidos por testemunhas e dependem de comprovação. Pelas palavras da filósofa alemã, esses fatos são “o resultado invariável dos homens que vivem e agem conjuntamente” (Arendt, 2016, p. 287). Além disso, esses fatos “são conhecidos publicamente, e, o mesmo público que os conhece pode, com êxito e, amiúde, espontaneamente, transformar em tabu sua discussão pública, tratando-os como se fossem aquilo que não são – isto é, segredos” (Arendt, 2016, p. 293).

Ao mesmo tempo em que é fundamental, a verdade factual está em permanente conflito com o poder político. Um conflito que tem origem na antiguidade grega e que é retratada na alegoria da caverna, de Platão. O filósofo, ao voltar para a caverna, se indis põe com a multidão ao tentar comunicar a verdade. Segundo Arendt, a origem do conflito está na Grécia Antiga e nasce do conflito entre os modos de vida do filósofo e do cidadão.

Às flexíveis opiniões do cidadão acerca dos assuntos humanos, os quais por si próprios estão em fluxo constante, contrapõe o filósofo a verdade acerca daquelas coisas que eram por sua mesma natureza sempiternas e das quais, portanto, se podiam derivar princípios que estabilizassem os assuntos humanos. Por conseguinte, o contrário da verdade era a mera opinião, equacionada com a ilusão; e foi esse degradamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; pois é a opinião, e não a verdade, que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder (Arendt, 2016, p. 289).

A filósofa constata que sob o ponto de vista da política, a verdade factual tem um caráter despótico. Os tiranos a odeiam porque temem competir com “uma força coerciva que não podem monopolizar”. Sob governos baseados no consentimento e que não adotam a coerção, a verdade tem “um estado precário”. Os fatos não podem ser estabelecidos por acordo e consentimento, estão muito além deles. Arendt afirma que opiniões inoportunas podem ser rejeitadas, mas os fatos indesejáveis não podem ser demovidos e nem dependem de opiniões para que sejam estabelecidos (Arendt, 2016, p. 289, 299).

Num confronto frontal entre a verdade factual e o poder, as chances de os fatos sobreviverem são escassas, apesar do caráter “despótico” que eles têm. A consequência é que

a verdade factual pode ser eliminada definitivamente do mundo, sem chances de ser reconstituída a exemplo do que pode ser feito no que diz respeito à verdade racional. Ainda que sejam vitoriosos no confronto com a verdade factual, os detentores do poder não têm capacidade para substituir os fatos.

O mesmo risco que correm os fatos de serem eliminados definitivamente do mundo, é estendido aos que Arendt trata como os que “contam a verdade”. Ela se refere a instituições que podem estabelecer a verdade factual, como a Universidade e o Poder Judiciário, que segundo a filósofa precisam ser protegidos e ter garantias com relação ao poder político. Ela retoma aqui a ideia de que a tensão entre a verdade a política tem origem nos modos de vida distintos do filósofo e do cidadão na antiguidade. Em nossos tempos, se enquadram nesses “modos de existência solitária” o filósofo, “o isolamento do cientista e do artista, a imparcialidade do historiador e do juiz e a independência do descobridor de fatos, da testemunha e do relator” (Arendt, 2016, p. 320). E para que essas instituições possam cumprir essa função de contar verdades factuais – ainda que inconvenientes –, elas precisam ser protegidas do poder político e social.

Na mesma posição Arendt coloca a imprensa, que no fim da década de 1960, momento em que o texto foi escrito, ainda não gozava da proteção necessária com relação ao poder do governo e da sociedade “com zelo ainda maior que o poder judiciário” (Arendt, 2016, p. 322). É importante que se diga que quase seis décadas depois, a imprensa ainda está longe de receber essa proteção, principalmente com relação ao poder econômico. Em países como o Brasil, em que pese a Constituição Federal de 1988 proibir a censura e garantir o sigilo de fonte (nos EUA há a sempre citada Primeira Emenda da Constituição), ferramenta fundamental para o exercício do jornalismo, há uma clara submissão ao poder econômico, que se confunde com o poder político. O resultado é uma cobertura enviesada para legitimar dogmas neoliberais e no caso brasileiro, naturalizar, em nome da agenda econômica, até mesmo saídas totalitárias, como o bolsonarismo.

Cabem aqui duas ressalvas. A primeira é que este não é um problema exclusivamente brasileiro: a “colonização” da imprensa pela economia é um fenômeno do capitalismo neoliberal. A segunda é que o jornalismo praticado pelos grandes conglomerados de mídia se enquadra na crítica que apresentamos. Existem projetos de jornalismo independente, baseados em outras formas de financiamento, como por exemplo em assinaturas, que não se enquadram nesse consenso midiático em torno do neoliberalismo.

Não é à toa que nos tempos sombrios de ascensão da extrema-direita, em que vivemos, Judiciário, universidades e até mesmo a imprensa – ainda que em grande parte alinhada à agenda econômica neoliberal desses movimentos – estejam na alça de mira. No caso brasileiro, o judiciário, na figura do Supremo Tribunal Federal (STF) é alvo de uma campanha de descredibilização que já dura anos, sob ameaças constantes, inclusive tendo seu prédio como um dos alvos de invasão e depredação durante a tentativa frustrada de golpe que teve seu ápice em 8 de janeiro de 2023; as universidades públicas brasileiras são alvejadas não só com uma campanha de desmoralização³, como também com um esvaziamento gradativo de seu financiamento; e a imprensa, apesar do alinhamento dos grandes conglomerados ao consenso neoliberal, também é alvo de ataques. Os movimentos de extrema-direita montaram uma poderosa máquina⁴ de *fake news* para construir seus “fatos”, ignorando a verdade factual.

A construção de uma máquina de ódio e notícias falsas pela extrema-direita indica a proximidade que esses movimentos do nosso tempo têm com o nazi-fascismo histórico, que conduziu a Europa à Segunda Guerra Mundial. Em *Origens do Totalitarismo*, Arendt afirma que o objetivo dos movimentos totalitários é suprimir definitivamente a verdade factual e substituí-la pela doutrina. Por outras palavras, podemos dizer que em vez de pensar o mundo a partir da realidade, o totalitarismo tenta adequar a realidade às suas teorias. É o que temos visto desde meados da década passada, quando teve início a escalada da nova extrema-direita, com a vitória do Brexit no plebiscito da Grã Bretanha e na primeira eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA.

5. Fatos x opiniões

³ Os ataques são constantes e variados: vão da acusação do uso de drogas a liberalidades sexuais. Em 2019, quando era ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que haviam plantações de maconha em Universidades Federais; em fevereiro de 2026, o ex-jogador de futebol Túlio, que foi campeão brasileiro pelo Botafogo, viralizou na internet com um vídeo no qual aparecem sua esposa e sua filha, dizendo que apesar de aprovada em duas universidades públicas, a estudante cursaria uma faculdade particular. A justificativa era de que as universidades públicas não estariam “alinhadas com os valores da família”.

⁴ A máquina de *fake news* à qual nos referimos foi retratada pela jornalista Patrícia Campos Mello, no livro “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre *fake news* e violência digital”, lançado em 2020 e que conta o funcionamento da estrutura montada pela campanha de Jair Bolsonaro á presidência da República, em 2018.

No texto de 1967 Arendt explora o aparente paradoxo entre fatos e opiniões. Segundo a autora, eles podem ser mantidos separados, mas não são antagônicos, pois pertencem ao mesmo domínio – o domínio político. Os fatos informam as opiniões que são inspiradas por interesses e paixões. Mesmo que as opiniões sejam diferentes, ainda assim podem ser legítimas no que diz respeito à verdade factual. Sem que a informação factual seja garantida e que os fatos sejam respeitados, a liberdade de opinião se torna uma farsa (Arendt, 2016, p. 295).

A autora escreve que os fatos “não têm razão conclusiva alguma, qualquer que seja, para serem o que são”. Vendo sob uma perspectiva histórica, temos a ilusão de que os fatos e eventos aconteceram numa sequência inevitável, como se não fosse possível acontecer de outra forma. Arendt aponta essa visão como um engano, uma ilusão de ótica ou existencial. A verdade factual, sustenta a autora, não é mais autoevidente do que a opinião. Isso faz com que os que “sustentam opiniões” considerem “relativamente fácil desacreditar a verdade fatual como simplesmente uma outra opinião”. Como os fatos são estabelecidos através da confirmação por testemunhas oculares (que como nota a autora não são fidedignas, confirmando um clichê usado por advogados da testemunha como “prostituta do processo”), numa disputa, apenas outra testemunha pode definir a questão. Aqui, o sentimento de pertencer a uma maioria poderia até “encorajar o falso testemunho”. “Em outras palavras, na medida em que a verdade fatual se expõe à hostilidade dos defensores de opiniões, ela é pelo menos tão vulnerável como a verdade filosófica racional” (Arendt, 2016, p. 300-301).

O choque entre os que “contam a verdade” e os que “sustentam opiniões” remete aos estilos de vida diferentes, expostos ao longo do texto de Arendt. Os que “contam a verdade” estão no espaço público, no qual esses fatos se desenvolvem e têm um papel político importante ao trazê-los a público – mas precisam manter distanciamento, exercer esse papel “exteriormente ao domínio político”. Afinal, cabe repetir, esses fatos informam a opinião política. Os que “sustentam opiniões” estão no domínio político, são homens de ação.

6. Fatos, opiniões e jornalismo

A discussão de Arendt sobre fatos e opiniões dialoga com a teoria do Jornalismo, que no debate sobre os gêneros, busca a diferenciação entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo, discutida por autores como Ciro Marcondes Filho, que em “O capital da notícia”, lançado em 1986, no qual ele fala sobre a passagem do jornalismo político literário para o

jornalismo de massas; na obra de Luiz Beltrão, que produziu uma trilogia entre os anos 60 e 80, sobre os gêneros informativo, opinativo e interpretativo; e por José Marques de Melo, que a partir dos anos 80 publica obras importantes sobre os gêneros jornalísticos. Dado o papel relevante do jornalismo para o debate público – cujo potencial é reconhecido por Arendt ao colocar a imprensa como uma instituição com potencial para estar entre os que “contam a verdade” –, a postura de separar informação de opinião, ainda que seja a opinião que se apresenta como apartidária no colonismo político e nos editoriais, é fundamental.

O fenômeno que tratamos atualmente como “pós-verdade”, em que os fatos são desprezados e pretensamente substituídos por “opiniões”, pode ser compreendido a partir da discussão sobre verdade factual.

7. Imagem, informação e a dissecação dos fatos

Os episódios da montagem do vídeo de Haddad bem como os registros da morte de Good e Pretti reivindicam a verdade factual como um contrato com o espectador, na medida em que se auto atribuem pesada carga informativa. A circulação dos vídeos só é legitimada pela sua presunção de revelar uma verdade decisiva, que mudaria o curso dos acontecimentos. No caso Haddad, tal verdade se revela simulacro, com vistas à manipulação das massas. O vídeo tem como objetivo enganar se passando por declaração oficial de um ministro. Em Good e Pretti, os registros, em sua multiplicidade, compõem fragmentos de informação que, encaixadas como num quebra-cabeças, apontam a verdade. Estes casos testemunham o esforço de empresas jornalísticas e agências de checagem em submeter as imagens a um rígido escrutínio com o objetivo de legitimar sua circulação pública. A princípio todas as imagens são suspeitas dado o incremento das técnicas de edição e a produção abundante de imagens generativas que dissimulam sua artificialidade pelo efeito de realidade. Mais do que produzir representações dos fatos, uma das tarefas que o próprio jornalismo assumiu é examinar um contingente cada vez maior de informações que circulam no espaço público. O trabalho concentra-se em dissecar imagens, investigar os vestígios (ou sua falta) dos acontecimentos que supostamente capturam. A lição de anatomia do Dr Tulp, de Rembrandt, fornece uma metáfora oportuna: o quadro de 1632 mostra um médico dissecando um cadáver diante de seus alunos, uma representação da busca pelo conhecimento e a verdade sobre os modos de funcionamento do corpo. A verdade factual, no caso das imagens de circulação pública, está

condicionada ao exame minucioso do olhar de um “anatomista”, um perito em cortar superfícies e explorar as entranhas das imagens, reconstituindo os trajetos de sua produção.

8. Imagem, referencialidade e a escalada da abstração

O rastreamento dos fatos nas imagens está vinculado ao caráter documental das imagens, sua capacidade técnica de captar um referente e enunciá-lo por meio de uma linguagem visual, mas também significa tornar sua presença crível aos olhos do observador. Esta crença foi usurpada ao longo da história em uma série de casos de manipulação de fotografias em que personagens históricos foram simplesmente subtraídos dos registros, como demonstram os casos célebres do apagamento de Trotsky por Stalin ou mesmo do general Pinochet por Fidel Castro, que posaram lado a lado em 1971, dois anos antes do golpe no Chile.

É significativo como, no âmbito das teorias da imagem, o problema do apagamento do referente, a sofisticação das técnicas de manipulação dos dispositivos tecnológicos, ou até mesmo a sensação de uma mediatização total da vida social, emergem, ora como desconforto, ora como condição dos processos sociais nos novos ambientes da imagem.

No início dos anos de 1980, época em que a TV dominava como mídia de massas, Jean Baudrillard vaticinava o fim do real a partir de um diagnóstico de supressão do referente pela virulência das imagens. Em sua visão, as imagens é que permitiam algum tipo de referencialidade para a formulação do mundo, precipitando a vivência social em uma era de simulacros. Para tanto, retoma um conto de Jorge Luiz Borges, em que num reino fictício os mapas eram tão perfeitos que passaram a encobrir a totalidade do território.

O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território – precessão dos simulacros – é ele que engendra o território cujos fragmentos que apodrecem lentamente sobre a extensão do mapa. É o real, e não o mapa, cujos vestígios subsistem aqui e ali, nos desertos que já não são os do império, mas o nosso. O deserto do próprio real (Baudrillard, 1981, p.8).

Há que se levar em conta que a análise de Baudrillard é eivada de metáforas e hipérboles aproximando seu ensaio da ficção literária, mas nem por isso deve ser considerada menos rigorosa. Seu desconforto capta uma sensação de estranhamento social do mundo vivenciado como imagem. Dez anos depois o filósofo reiteraria seu diagnóstico com o livro “A Guerra do Golfo não aconteceu”, em que explora os efeitos sociais de uma guerra assistida ao vivo pela TV.

Os detratores de Baudrillard acusaram-no de neoplatonismo, primeiramente por partir de uma dicotomia problemática entre real e imagem, com o intuito de construir estratégias de dissuasão dos simulacros, e, em segundo lugar, por considerar genericamente o universo das imagens midiáticas como falso e fantasioso.

Um de seus críticos mais contumazes é Arlindo Machado, que elege o filósofo francês como um de seus principais alvos no livro “O quarto iconoclasmo”. Mas o próprio Machado, em artigo originalmente publicado em 1994, endereça a possibilidade de perda do referente na fotografia, colocando em perspectiva uma mudança de percepção acarretada pelo avanço das tecnologias digitais. Em sua visão, a noção de um referente, dadas as novas alternativas de edição, deixaria de ser decisiva na produção de imagens. Isso, entretanto, não era algo a se lamentar, como o fez Baudrillard, mas permitiria uma consciência, obliterada historicamente pela rigidez técnica, de que a fotografia pode ser uma expressão visual em constante metamorfose, desobrigando-a de representar o real. Diz Machado:

Fluidas, ruidosas, escorregadias e infinitamente manipuláveis, a imagem eletrônica e a fotografia processada digitalmente não autorizam mais um tratamento no nível da mera referencialidade, no nível do registro documental puro e simples. O efeito do real não se dá nelas com a mesma transparência e inocência com que ocorre na fotografia convencional ou no cinema. Pelas suas próprias características, os meios eletrônicos se prestam muito pouco a uma utilização naturalista, a uma utilização meramente homologatória do “real” (Machado, 2005, p.316).

Interessante observar que a ideia manipulação não se lê de modo negativo. Pelo contrário, é uma alternativa oferecida pelas novas possibilidades da eletrônica. O fim do compromisso com o referente, nesse sentido, seria sobretudo uma questão técnica.

Quando colocamos em perspectiva os textos de Baudrillard e Machado, escritos há mais de 30 anos, é fácil cairmos na tentação de listar uma série de anacronismos, o que seria um tanto cruel em vista do esforço intelectual de descortinar cenários a partir das condições tecnológicas de seu tempo. Contudo, não podemos deixar de notar que a ideia de apagamento do referente contrasta flagrantemente com a reivindicação de verdade dos episódios que ora relacionamos.

Um dos autores mais citados no campo das teorias da Imagem, Vilém Flusser, aproxima-se da questão do apagamento, mas a trata sob o prisma de uma espécie de escalada de abstrações. A imagem técnica representaria, para o filósofo da mídia, o auge de um processo em que o mundo vai se abstraindo na medida em que é capturado e decomposto em códigos. A imagem tradicional, a escrita e imagem técnica representariam degraus neste processo de

redução do mundo a respectivamente superfícies, linhas e pontos. O processo de decifração das imagens deveria, portanto, levar em conta essa dimensão ontológica das imagens técnicas: “as imagens técnicas imaginam textos que concebem imagens que imaginam o mundo” (2002, p.13). A ideia de uma complexificação das formas de expressar o mundo implicaria necessariamente seu afastamento, uma vez que pressupõe a intervenção de um maior número de programas (teorias científicas aplicadas) para dar conta dos modos de representá-lo. Um exemplo ilustrativo dessa escalada da abstração é a aplicação do programa químico das cores na fotografia:

Mas as fotografias em cores escondem, para o ignorante em Química, o grau de abstração que lhe deu origem. As brancas e pretas são, pois, mais “verdadeiras”. E quanto mais “fiéis” se tornarem as cores das fotografias, mais estas serão mentirosas escondendo ainda melhor a complexidade teórica que lhes deu origem. Exemplo: o “verde Kodak” contra o “verde Fuji” (Flusser, 2002, p.40).

Flusser também aborda o problema da manipulação das imagens técnicas, mas o encara como uma espécie de programa inscrito no aparelho, que esconde sua artificialidade e complexidade criando a ilusão de uma impressão automática do mundo. Quem se põe diante das fotografias, nesse sentido, tem a sensação de vislumbrar diretamente o mundo, mas não veria mais do que conceitos. A filosofia da caixa preta teria como uma de suas tarefas denunciar esse automatismo e desvelar as intencionalidades humanas inscritas no aparelho. A este respeito é inegável como o pensamento de Flusser lança luz sobre a discussão do automatismo da IA.

Considerações Finais

As novas práticas de verificação das imagens no espaço público de circulação de informações permitem dizer que o conceito de verdade factual, que fundamenta as formas de representação do mundo do jornalismo, permanece decisivo para pensar o estatuto das imagens nos processos sociais cotidianos. São os vestígios do “real”, ou mesmo sua ausência, que ainda contam, seja na denúncia de vídeos manipulados com IA, ou em registros de câmeras de celular que flagram crimes ou abusos. A dedicação das agências de checagem e empresas jornalísticas em inquirir, investigar e dissecar imagens como forma de reconstituição dos acontecimentos é uma evidência de que a verdade ainda se coloca como um horizonte fundamental na disputa de sentidos pelos poderes. Também é prova de que o mundo transborda pelas imagens. Arendt, com o conceito de verdade factual, embora não tenha se dedicado ao campo de estudo da

imagem, acaba se tornando uma espécie de baliza teórica para pensar os usos e disputas da imagem principalmente no domínio político da informação.

Os casos aqui descritos são prova de que ainda subsiste uma reivindicação pública do “real”, ou, se preferirmos um termo caro à semiótica, do referente, que, sob o olhar de algumas visões teóricas, havia sido colocado no horizonte do apagamento. Obviamente, isso não invalida Baudrillard, Machado ou Flusser, mas os coloca em perspectiva ao precisar os limites de leituras sobre a dinâmica da produção e recepção das imagens. O fato é que a busca pela verdade ainda é balizadora na interpretação de vídeos, fotografias ou em imagens de IA generativas.

Restringir a margem de manipulação das imagens garante que continuemos mantendo contato com a realidade e assegurando que as opiniões não substituam os fatos. A eliminação da verdade no mundo nos levaria a um cenário distópica em que seria impossível construir um mundo comum. Afinal, como lembra Arendt “conceitualmente, podemos chamar de verdade Aquilo que não podemos modificar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós” (Arendt, 2016, p. 325).

Referências

- ARENDR, Hannah. **Crises da República**. São Paulo, Perspectiva, 2017.
- _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, Perspectiva, 2016.
- _____. **Origens do totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa, Relógio D’Água, 1991.
- _____. **The gulf war did not take place**. Sydney, Power Publications, 2012.
- BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**. São Paulo, Folco Masuci, 1969.
- _____. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre, Sulina, 1980.
- _____. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre, Sulina, 1980.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- MACHADO, Arlindo. A fotografia sob o impacto da eletrônica. In: O Fotográfico. Etienne Samain (org). São Paulo, Hucitec, Senac, 2005.
- _____. **O quarto iconoclasta e outros ensaios hereges**. São Paulo, Rios Ambiciosos, 2001.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo, Editora Ática (2ª Edição), 1989.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1994.
- MELO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.